



POLÍTICA DE PRIVACIDADE DO IPAJM

A presente política reflete como os tratamentos de dados pessoais são realizados pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo - IPAJM em seus sistemas, serviços e site institucional, em obediência aos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD – Lei Nº 13.709/2018) e pelo Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014).

Os tratamentos de dados pessoais observam as normas acima destacadas, tendo por base os princípios previstos na LGPD, em especial, o respeito à privacidade; a autodeterminação informativa; a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; os direitos humanos; o livre desenvolvimento da personalidade; a dignidade e o exercício da cidadania.

CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS PESSOAIS

O Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM), autarquia estadual vinculada ao Poder Executivo, é responsável pela administração do Regime Próprio de Previdência do Estado do Espírito Santo (ES-Previdência), como gestor único, e pela gestão do Sistema de Proteção Social dos Militares (*integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar, remunerados por subsídio ou por soldo*). O IPAJM lida diretamente com informações de todos os servidores ativos (civis e militares), inativos e pensionistas¹, classificando os dados pessoais como informações confidenciais mesmo os recebidos de terceiros, pessoas físicas e jurídicas, ou coletados em websites, sistemas públicos e privados, aplicativos e aplicações operadas e mantidas pelos colaboradores da instituição, assim como aqueles obtidos por outros meios digitais ou físicos.

¹ Aposentados e pensionistas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como do Tribunal de Contas, da Defensoria Pública e do Ministério Público, abrangidos pela Lei Complementar nº 282/2004, e os militares da Reserva, os Reformados e os pensionistas de militares, abrangidos pela Lei Complementar nº 943/2020.



Os dados pessoais não são compartilhados publicamente, nem com terceiros que não participem dos seus tratamentos, excepcionados os casos previstos na LGPD, por outra previsão legal ou por determinação judicial.

TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

Os tratamentos dos dados pessoais apenas poderão ser realizados nas estritas hipóteses previstas na LGPD – sobretudo o Art. 7º, inciso III; e Art. 23 – para atender a finalidade pública do IPAJM, no interesse público e na prestação dos serviços instituídos nos regramentos legais da Autarquia.

Os interessados nos serviços prestados pelo IPAJM, regra geral, podem acessá-los sem a necessidade de fornecimento de dados pessoais, ressalvados os casos em que a legislação assim o exigir para cumprir com as finalidades necessárias à utilização de serviços específicos fornecidos pelo Regime Próprio de Previdência do Estado e pelo Sistema de Proteção Social.

O fornecimento de dados pessoais somente ocorrerá em consonância com o Art. 7º, § 4º e Art. 11, inciso II da LGPD, especialmente, nas seguintes situações:

- Fornecer informações e serviços personalizados;
- Dar acesso a sistemas e serviços disponibilizados por outros órgãos de Governo;
- Melhorar a interação e experiência do usuário com os serviços ou recursos utilizados;
- Responder perguntas, demandas e solicitações do usuário;
- Para o cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- Para a execução de políticas públicas, incluindo o tratamento e uso compartilhado de dados;
- Para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral;
- Para a proteção da vida ou da segurança física do titular ou de terceiros;



- Quando necessário para atender ao legítimo interesse do controlador ou de terceiros;
- Quando necessário para execução de contrato ou procedimento preliminar relacionado a contrato do qual seja parte o titular;
- Para atendimento da finalidade pública, na persecução do interesse público, com o objetivo de executar as competências ou cumprir as atribuições legais realizadas pela administração.

Os armazenamentos dos dados pessoais, ainda que de modo temporário no banco de dados e nas redes do IPAJM, são protegidos por ferramentas de tecnologia da informação com vistas a evitar perdas, acessos, divulgações, cópias, usos de formas impróprias ou modificações indevidas e/ou não autorizadas.

Os dados pessoais que são tratados pelo IPAJM nos casos em que a Autarquia figura como “controladora” são usados apenas com embasamento legal e para fins de prestação de serviços públicos ou mediante legítimo interesse.

COOKIES E OUTRAS TECNOLOGIAS DE RASTREAMENTO

O IPAJM pode utilizar “cookies” ou outras tecnologias similares para personalizar o conteúdo que o usuário recebe dos seus sites, aplicações web e aplicativos móveis, com os seguintes objetivos:

- Identificar o usuário e gerir aspectos de segurança e controle de acesso;
- Lembrar suas preferências e escolhas relacionadas à privacidade e consentimento de uso de dados pessoais;
- Tornar a navegação mais fácil e permitir que as páginas sejam exibidas corretamente;
- Analisar o desempenho dos sites com base em dados anônimos de navegação (ex.: páginas visitadas, número de visitas);



Os sites, aplicações web e aplicativos móveis hospedados ou oferecidos pelo IPAJM podem conter links para outros sites ou recursos externos não mantidos por esta Autarquia. Nesses casos, estejam cientes de que não existe controle dos seus conteúdos e práticas de coleta de dados pessoais e, portanto, não há responsabilidade do IPAJM por suas respectivas práticas ou políticas de privacidade, bem como pelo uso dos dados pessoais que eventualmente sejam coletados.

CONTATO

Questionamentos relacionados ao tratamento de dados pessoais nos quais o IPAJM figure como “operador” deverão ser endereçados diretamente aos seus respectivos “controladores”.

Os questionamentos relacionados à segurança ou privacidade de dados pessoais podem ser enviados, por e-mail ou via E-Docs, ao Encarregado Interno de Dados Pessoais/DPO (Data Protection Officer):

Rafael Pina de Souza – rafael.pina@ipajm.es.gov.br

Prazos de resposta e procedimentos para exercício dos direitos do titular de dados pessoais observarão o disposto em legislação específica:

- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018)
- Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011)
- Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014)
- Decreto Estadual nº 4922-R, de 09 de julho de 2021 (Institui a Política Estadual de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade do Poder Executivo Estadual).